

## Assessor econômico do PT apoia Reforma Tributária Solidária e defende tributação sobre grandes fortunas



O assessor econômico do Partido dos Trabalhadores (PT), Guilherme Mello afirmou que o partido tem um compromisso com a Reforma Tributária Solidária e defendeu uma estrutura que vise a tributação direta e que permita que os mais ricos paguem mais impostos que os pobres. Mello participou, no dia 27 de junho, do projeto “Diálogos com os Presidenciáveis 2022”, promovido pela ANFIP, Fenafisco e Sindifisco Nacional, que propõe o debate sobre a reforma tributária progressiva. O projeto receberá os assessores econômicos das campanhas e também os candidatos à Presidência da República.

O economista Guilherme Mello destacou que a desigualdade tem se

tornado um tema central para o Brasil e o mundo, e que a taxação de grandes fortunas é um caminho debatido como solução para o problema em vários países. Ele defendeu a mudança na tributação sobre patrimônio, como o ITR, o IPTU e o IPVA, passando, inclusive, pela tributação de heranças.

“Se quisermos retomar um modelo de desenvolvimento que coadune com o crescimento econômico, com a distribuição de renda e a sustentabilidade ambiental, a estrutura tributária tem que ser um instrumento fundamental para colaborar com esse estilo de desenvolvimento”, disse. Para ele, a distribuição não é inimiga do crescimento, mas fundamental

para sustentar e alicerçar as bases da economia.

Apesar de reconhecer que as tentativas do partido para emplacar a reforma tributária não foram bem sucedidas nos governos Lula e Dilma Rousseff, Mello afirmou que a campanha tem um compromisso de mudar a estrutura de tributos do país e que o momento político é favorável para o início das reformas, pois há uma resistência menor dos entes federativos à evolução de propostas legislativas no Congresso Nacional.

**Reforma do consumo** - Representando a campanha, Mello afirmou que o PT quer uma reforma tributária que preveja o aumento da tributação dos super-ricos e a redução dos tributos sobre o consumo, que, segundo ele, impactam a vida do trabalhador e das pessoas mais pobres. “Mudar a estrutura tributária não é um debate qualquer, pois ela é um instrumento fundamental para construir um novo estilo de desenvolvimento baseado na distribuição e na sustentabilidade ambiental”, explicou.

Sobre o tema, Glauco Honório, diretor da Fenafisco, concordou que a PEC 110/19 e a PEC 45/19 não fazem parte de uma reformulação do sistema, mas de uma reforma do consumo: “Às vezes digo que isso não é uma reforma tributária, e sim um puxadinho tributário. Pois uma reforma tem que pensar em quem arrecada, para quem arrecada e quais são os gastos de cada ente federativo”.

**Participe do I Prêmio ANFIP de Ações Inovadoras e concorra a prêmios**  
PÁGINA 3

**ANFIP lista desafios da Reforma Tributária prevista na PEC 7/20**  
PÁGINA 5

**Conheça os benefícios que só os associados da ANFIP têm**  
PÁGINA 8

**Seguridade Social** - O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Gilberto Pereira, destacou que a Seguridade Social tem tributos que a financiam, como o PIS e a Cofins, que também afetam o consumo e que é componente dessa tributação indireta injusta. Ao perguntar sobre o posicionamento do partido sobre o tema, afirmou que a Seguridade precisa ser refinanciada de forma que não pese para a camada social mais pobre.

Mello concordou e disse que não é possível construir uma proposta de reforma tributária que ignore a necessidade de refinanciamento da Seguridade Social. “É bom lembrar que ela inclui a Saúde, não é só Previdência e Assistência. A gente tem que construir as bases tributárias, aumentando a produtividade, simplificando, preservando as vinculações, ou, mais do que isso, preservando o financiamento da Seguridade e melhorando o pacto federativo, que hoje está cada vez mais esgarçado pelos recorrentes ataques do governo federal”, disse.

**Desmonte dos órgãos fiscalizadores** - Isac Moreno Falcão Santos, presidente do Sindifisco Nacional, denunciou o desmonte da estrutura da Receita Federal ao afirmar que a instituição teve cortada a metade do orçamento e que tem 40% dos seus Auditores aposentados e não repostos. Segundo ele, isso reduz a capacidade de fiscalização e arrecadação: “O trabalho é prejudicado quando você reduz a máquina arrecadatória, quando você reduz a autoridade daqueles que são responsáveis por impor a ação arrecadatória àqueles que querem pagar menos do que a sua capacidade contributiva”.

Mello comentou que o desmonte das estruturas do Estado não é

exclusividade dos órgãos do fisco. “A gente sabe que não foi só a Receita que teve desmontado seu quadro de pessoal e seu ímpeto de fiscalizar aquele que tem mais dinheiro. Veja o caso ambiental: as estruturas de fiscalização ambiental estão completamente dilaceradas, exatamente para privilegiar, não o pequeno garimpeiro ou o pequeno produtor, mas os grandes empreendimentos que são, muitas vezes, aliados ao crime organizado e que estão tomando conta da Amazônia”, expôs. Para ele, é fundamental que o próximo governo recupere a capacidade de fiscalização nas suas mais diferentes áreas.

**Reforma Tributária Solidária** - O objetivo do “Diálogos com os Presidenciais 2022” é analisar as perspectivas dos candidatos e suas equipes econômicas em relação à tributação progressiva no Brasil a partir de 2023. As entidades organizadoras têm estudado o tema e formularam a proposta da “Reforma Tributária Solidária”, realizada pela ANFIP e pela Fenafisco, com o apoio do Sindifisco Nacional. A única em debate no Congresso Nacional que prioriza a tributação das altas rendas e da riqueza.

Segundo Mello, a Reforma Tributária Solidária é citada nas diretrizes da proposta da campanha do Partido dos Trabalhadores. “Ela nos serve como norte. No processo de negociação política, você nunca sabe se vai chegar exatamente no ponto que deseja, mas é importante ir naquela direção. Acho que a proposta nos ajuda no processo de convencimento, mobilização e debate no Brasil sobre um tema como a estrutura tributária. Segundo o assessor, essa mudança é um compromisso de campanha: “O tema foi definitivamente incorporado

ao discurso do candidato favorito à presidência da República, quando ele fala em colocar o pobre no orçamento e o rico para pagar imposto de renda”, comentou.

A ANFIP, Fenafisco e o Sindifisco entendem que a justiça fiscal no Brasil é um imperativo civilizatório e que o sistema tributário brasileiro é considerado um dos mais injustos do mundo, porque se tributa muito o consumo e pouco as altas rendas, a riqueza e o patrimônio. Segundo as entidades, no Brasil, a justiça fiscal se impõe em decorrência da grave crise econômica, social e humanitária, e a tributação progressiva teve papel decisivo para a retomada do desenvolvimento nas crises do século 20. Agora, para enfrentar a crise atual, a tributação das altas rendas e riquezas voltou a ocupar espaço no debate internacional.

**Evento** - Além de Gilberto Pereira, Glauco Honório e Isac Moreno Falcão, estiveram presentes, pela ANFIP, os vice-presidentes Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), bem como o presidente da ANFIP-SP, Genésio Denardi, e as diretoras da Estadual Margarida Lopes de Araújo (Assuntos Jurídicos) e Jamile Jabra Malke (Divulgação e Relações Públicas).

Guilherme Mello é assessor econômico do Partido dos Trabalhadores, professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon-Unicamp).

Asabatina aconteceu no restaurante Bubu, no Estádio Pacaembu, com transmissão ao vivo nas redes das entidades organizadoras.

Clique nos links para acessar os vídeos: [parte 1](#) e [parte 2](#).

## Expediente

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

DIRETORA RESPONSÁVEL  
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA  
Ludmila Machado

REPORTAGEM  
Daiana Lima, Ludmila Machado,  
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA  
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



#ANFIPNACIONAL

[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)

[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## Organizadores ampliam divulgação do I Prêmio ANFIP de Ações Inovadoras

A Comissão Organizadora do [I Prêmio ANFIP de Ações Inovadoras](#) realizou reunião virtual, no dia 29 de junho, sobre o processo de divulgação e inscrição do concurso. A iniciativa é coordenada pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, e conta com representantes do Conselho Executivo e da Fundação ANFIP.

Depois dos debates sobre o andamento da iniciativa e dos acessos ao hot site, foi deliberado que será solicitada melhor divulgação nas redes sociais locais, com o apoio dos conselheiros e representantes, bem como nos canais de comunicação internos da Receita Federal, de modo a incentivar a participação dos Auditores Fiscais na promoção inédita da ANFIP.

O concurso, com inscrições abertas até 31 de agosto, busca ideias inovadoras que possam incrementar, agilizar e aperfeiçoar os mecanismos e

instrumentos do trabalho da Auditoria Fiscal nas áreas de Tributos Internos, Previdência Social e Fiscalização Aduaneira, bem como as atividades voltadas à fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social e Previdência Complementar Fechada e propiciar o surgimento de propostas e ações que visem o aperfeiçoamento, capacitação e valorização do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

A premiação será da seguinte forma: primeiro colocado, R\$ 15 mil; segundo colocado, R\$ 10 mil; terceiro colocado, R\$ 5 mil; e quarto e quinto colocados, certificado de Menção Honrosa.



Podem participar do processo seletivo os Auditores Fiscais ativos e aposentados, associados ou que vierem a se associar à ANFIP até o fim do prazo das inscrições.

Confira [aqui](#) o regulamento e o formulário de inscrição.

## Conselho Editorial aprova programação da TV ANFIP

Em reunião virtual realizada em 29 de junho, os membros do Conselho Editorial aprovaram a nova grade de programação da TV ANFIP, no Youtube. O objetivo é utilizar a plataforma como mais um meio de divulgação dos serviços e benefícios que só os associados têm e abordar pautas relevantes para os Auditores Fiscais da Receita Federal.

Na ocasião, também foram apresentadas, pela equipe do setor de

Comunicação Social, a identidade visual e os principais temas que serão tratados. Intercalados aos novos programas, serão mantidos o ANFIP Conectada, espaço tradicionalmente utilizado pelo Jurídico, e as lives comemorativas.

Entram na grade de programação, a partir de julho, quatro novos quadros: no ANFIP Serviços, empresas parceiras apresentam benefícios de convênios e novidades; no ANFIP Saúde, parceiras na área da Saúde expõem detalhes dos

serviços oferecidos; no ANFIP Cultural, a Comissão de Eventos promove bate-papo com talentos dos estados para falar da carreira e mostrar a produção artística; e no ANFIP nas Bases, vice-presidências tratam de temas relativos à atuação parlamentar e de interesse da carreira. Inicialmente, a produção será quinzenal.

Participaram do encontro o presidente Wilson Antonio Romero, e os vice-presidentes Marluce do Socorro da Silva Soares (Comunicação Social), Ana Lucia Guimarães Silva (Assuntos da Seguridade Social), Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários), José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial) e Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais).

Inscreva-se [aqui](#) e ative o sino para receber notificações e acompanhar as novidades. Na página também estão disponíveis lives comemorativas, webinários, depoimentos, apresentações, transmissão de eventos e demais conteúdos exclusivos já transmitidos na TV ANFIP.



## Não deixe para depois! Conclua a Pesquisa de Satisfação até 15/7 e concorra a brindes

Associado(a), a ANFIP reforça a importância da sua participação na **Pesquisa de Satisfação 2022**, um canal exclusivo para o compartilhamento de necessidades e expectativas sobre os serviços prestados.

Além de contribuírem para o aperfeiçoamento da Entidade, todos que enviarem o formulário até o dia **15 de julho** concorrerão a uma Smart TV 32”, um tablet e um smartphone, todos da Samsung, entregues no conforto do lar.

Os associados que não conseguirem enviar o formulário no período indicado perderão a oportunidade de participar do sorteio, mas ainda poderão colaborar com a Pesquisa até o dia 30 de agosto,

período em que ficará disponível.

Clique no link [pesquisa.anfip.org.br](https://pesquisa.anfip.org.br) e participe!

**E-mail de confirmação** - Após a conclusão da Pesquisa e o devido envio do formulário, é necessário verificar o recebimento do e-mail de confirmação, que deverá chegar em alguns minutos no e-mail cadastrado. Nele, será registrada a participação e informado o número individual para o sorteio.

Caso não receba a confirmação na Caixa de Entrada, verifique na Caixa de Spam ou no Lixo Eletrônico do seu e-mail, pois sem o registro de participação o número de sorteio não será computado. O não recebimento pode indicar que a



Pesquisa não foi devidamente concluída ou enviada, ou até mesmo a ocorrência de algum erro no sistema.

Em caso de dúvidas, a ANFIP está à disposição para auxiliá-lo(a) por meio do WhatsApp (61) 99655-5502 ou do e-mail [informatica@anfip.org.br](mailto:informatica@anfip.org.br).

## Comissão de Finanças do CR analisa pautas financeiras

Os integrantes da Comissão de Finanças do Conselho de Representantes estiveram reunidos, em 29 de junho,

para tratar das análises financeiras referentes ao 4º trimestre de 2021 e da disponibilidade orçamentária para 2022.

integrado para os responsáveis fiscais, a fim de manter a organização e a transparência ao longo do processo.



Durante a ocasião, foram discutidas soluções para melhorar o fluxo de trabalho e garantir o cumprimento dos prazos estatutários relacionados à entrega de documentos e relatórios financeiros da Entidade. Para isso, entre outras alternativas, foi sugerida a definição de um cronograma geral

Participaram do encontro virtual o coordenador da Comissão, Afonso Ligório de Faria (ANFIP-MG); o relator, Gilson Fernando Ferreira de Menezes (ANFIP-CE); e os membros José Amilton Vieira Freire (AGAFISP) e Antônio de Jesus Oliveira de Santana (ANFIP-MA). O coordenador do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro (ANFIP-GO), e o vice-coordenador, Genesio Denardi (ANFIP-SP), também estiveram presentes.

## Fisco alerta sociedade sobre projeto que precariza administração tributária

A ANFIP e o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda (Comsefaz), em conjunto com o Fórum Nacional de Secretários Municipais de Fazenda e as demais entidades representativas do Fisco federal, estadual e municipal, divulgaram nota pública a fim de alertar a sociedade sobre o Projeto de Lei Complementar [17/2022](#), conhecido como “Código de Defesa do Sonegador”. O PL se apresenta como iniciativa legislativa para defender interesses dos contribuintes, porém, na prática, debilita mecanismos de fiscalização tributária, especialmente do planejamento tributário abusivo, do controle aduaneiro e da repressão à sonegação e à lavagem de dinheiro.

No documento conjunto, ressaltam que o PLP “coloca obstáculos à tributação

de grandes contribuintes; à repressão das empresas de fachada, conhecidas como ‘laranjas’; impede o exercício do papel normativo e regulador pelas administrações tributárias e a autonomia técnica de suas autoridades; entre outros retrocessos que poderão comprometer a arrecadação tributária e o financiamento de políticas públicas no país”.

Após profunda análise do PLP 17/2022, e diante do risco apresentado para o Estado e para os contribuintes que pagam corretamente os tributos, as entidades afirmam que “faz-se necessário, então, reverter a tramitação em regime de urgência. Além de promover um amplo debate com os

setores organizados da sociedade por meio de audiências públicas na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas”.

Leia [aqui](#) o documento completo e confira os principais dispositivos danosos e irreparáveis ao interesse público, elencados pelos signatários da nota conjunta.



## ANFIP lista desafios da Reforma Tributária prevista na PEC 7/20

Em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados no dia 28 de junho, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, defendeu a realização de uma reforma que estabeleça uma tributação justa, que seja capaz de reduzir as desigualdades sociais, de alavancar o crescimento econômico e de promover o Estado de Bem-Estar Social. O debate aconteceu no âmbito da Comissão Especial da PEC 7/20, que extingue praticamente todos os tributos federais, estaduais e municipais, inclusive as contribuições sociais, para criar três classes de impostos: renda, consumo e propriedade. A reunião foi presidida pelos deputados Joaquim Passarinho (PL/PA) e Bia Kicis (PL/DF).

O vice-presidente da ANFIP listou os desafios da PEC 7/20 relacionados à simplificação, arrecadação, criação de alíquotas, administração tributária e tributação sobre o consumo. A proposta é de autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP).

Quanto à simplificação, Pereira alertou que, ao eliminar vários tributos, como propõe o texto, será necessário, na hora de regular o sistema, conjugar vários fatos geradores para a cobrança dos impostos. “Pode haver uma janela de tempo maior para poder regular toda essa gama de fatos geradores”, ressaltou. Além disso, o cenário da tributação hoje mostra o oposto do significado de simplificação. Segundo explicou Pereira, o estoque de créditos inscritos na Dívida Ativa está na ordem de R\$ 628 bilhões. Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário aponta que, nos últimos 33 anos, foram produzidas 443.236 normas tributárias, sendo que 30.837 estão em vigor. A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) levantou que se levam 600 horas para declarar impostos no Brasil. E no Poder Judiciário existem 77 milhões de ações, sendo 30 milhões de natureza tributária.

O desafio para a arrecadação, caso a PEC seja aprovada, é que os entes federados poderão cobrar os mesmos impostos sobre consumo, patrimônio e renda. “Se um estado ou município



fizer um convênio, a União pode fazer a arrecadação; mas se não fizer esse convênio, serão três pessoas jurídicas arrecadando, e isso pode ampliar a complexidade na legislação”, advertiu. A PEC 7/20 também não corrige a dificuldade para a definição de alíquotas, que exigirá a produção de leis e alterações normativas sobre o assunto de forma acelerada.

Quanto à administração tributária, Pereira alertou que alguns municípios não terão capacidade de fazer a cobrança, pois isso demanda investimento, tecnologia e conhecimento. “Nos municípios, por exemplo, há experiência na arrecadação do ISS e do ICMS, mas se passam a arrecadar também imposto de renda, precisarão de capacitação para efetuar essa cobrança”, ressaltou. O último desafio apontado pelo vice-presidente é no tributo sobre o consumo. A PEC não vai resolver o problema da tributação indireta, que, conforme estudos da ANFIP, deve ser diminuída. “Temos uma carga elevada incidente sobre o consumo e menor sobre renda e patrimônio. O ideal é que a carga indireta diminua à medida que se aumenta sobre o patrimônio e renda, de forma que não haja perda para os entes federados e que se alivie a classe mais pobre da população”, afirmou.

Gilberto Pereira citou ainda o estudo produzido pela ANFIP e a Fenafisco, a Reforma Tributária Solidária, que aponta os caminhos para uma tributação mais justa. As premissas para isso, conforme apresentou, passam por uma reforma pensada na perspectiva do desenvolvimento, adequada ao fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social, que avance na progressividade do sistema e restabeleça as bases do equilíbrio federativo.

A reforma tributária, para o vice-presidente, precisa ainda considerar a tributação ambiental sobre as atividades que trazem danos à saúde e ao meio ambiente; revisar a tributação sobre importação e exportação, assim como as políticas de renúncias fiscais; precisa fortalecer a administração tributária e endurecer a punição aos sonegadores. “O fisco precisa de instrumentação para poder cobrar”, disse ao criticar o corte orçamentário sofrido pela Receita Federal do Brasil na atual gestão pública.

Além da ANFIP, participaram da mesa de debates representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Unafisco.

Confira [aqui](#) a participação do vice-presidente Gilberto Pereira e [aqui](#) a íntegra da audiência.

## Após atuação conjunta, entidades garantem revogações no PLP 17/22

A ANFIP, representada pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, acompanhou a [audiência pública](#) da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, no dia 28 de junho, para debater o Projeto de Lei Complementar (PLP) 17/2022.

Representando a Receita Federal do Brasil, o subsecretário de Tributação e Contencioso da Secretaria Especial, Fernando Mombelli, explorou aspectos prejudiciais do projeto junto aos demais convidados, complementando os apontamentos feitos pelas entidades do fisco. “O que a gente pretende é estabelecer essa questão do direito e a garantia do bom contribuinte, mas também separar o joio do trigo. Quando nós colocamos empecilhos ou alterações que inibem, que dificultam, que praticamente deixam a fiscalização sem seus principais pontos de atuação, nós estamos privilegiando aquele que é o mau contribuinte, aquele que faz efetivamente da sua atividade uma relação de concorrência desleal para com os demais, o que não interessa a todos, nem ninguém”, afirmou.

A audiência foi transmitida ao vivo e pode ser acessada [AQUI](#).

**Substitutivo** - Após as explanações, foi a vez do relator do projeto, deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), se pronunciar. Ele citou a [Nota Pública](#) elaborada pelas entidades do fisco, incluindo a

ANFIP, e anunciou a revogação de diversos pontos apontados pelo documento. As alterações irão constar no texto substitutivo do PLP, que deverá ser publicado ainda no mês de junho.

De acordo com o relator, alguns dos trechos que serão retirados da matéria são:

– **Artigo 17**, que limita a atuação do Fisco ao estabelecer que o pertencimento a um mesmo grupo econômico não enseja a solidariedade tributária, e veda a caracterização de grupo econômico ou confusão patrimonial por presunção, dentre outros, favorecendo arranjos societários destinados a evadir e elidir tributação (retirado parcialmente);

– **Inciso II do Artigo 25**, que impede a Fazenda Pública de bloquear, suspender ou cancelar a inscrição de contribuinte antes de decisão terminativa em processo administrativo do Carf;

– **Inciso IV do Artigo 25**, que veda à Fazenda Pública fazer-se acompanhar pela força policial em diligências, salvo em caso de autorização judicial;

– **Inciso VI do Artigo 25**, que veda à Fazenda Pública formular atos normativos vinculantes que produzam efeitos ao sujeito passivo da relação tributária;

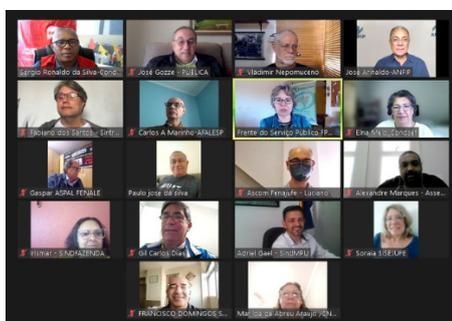


– **Artigo 28**, que impõe sigilo bancário à Fazenda Pública, impedindo-a de verificar a veracidade dos registros das transações bancárias escrituradas em sua contabilidade. Essa verificação só poderia ser feita após o encerramento do processo administrativo, comprometendo a fiscalização e favorecendo a sonegação de tributos;

– **Artigo 29**, que condiciona a desconsideração da personalidade jurídica à decisão judicial nas hipóteses de abuso de direito, excesso de poder, infração da Lei, fato ou ato ilícito, favorecendo a utilização de “empresas laranjas e de fachada” (retirado parcialmente); e

– **Artigo 35 e inciso III do Artigo 36**, que extinguem definitivamente o voto de qualidade nos casos de empates no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

## Frente do Serviço Público acompanha pautas do Congresso Nacional



O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, coordenou, no dia 27 de junho, mais uma reunião semanal da Frente Parlamentar do Serviço Público, realizada para monitoramento e debate da conjuntura política.

O consultor parlamentar da Frente, Vladimir Nepomuceno, apresentou o panorama do Congresso Nacional e informou que na primeira semana de julho deverá ser votado o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 5/22), que determina as metas e prioridades para os gastos públicos de 2023.

Ao abordar as eleições, Nepomuceno destacou que é necessário unir esforços para mudar o perfil do Congresso Nacional, aumentando o número de representantes que atuarão em prol do serviço público. O consultor também lembrou que os servidores devem ficar atentos ao

período pós-eleitoral, pois a Reforma Administrativa (PEC 32/20) poderá voltar ao debate, e diversos decretos e medidas que afetam o serviço público também deverão ser votados.

Na ocasião, também foi informado que será realizada a Jornada de Luta em defesa dos direitos dos servidores, em Brasília, entre os dias 4 e 7 de julho, organizada pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) com o apoio da Frente. Entre as pautas de interesse, as entidades atuam pela recomposição dos orçamentos para os salários e benefícios dos servidores, pela negociação coletiva e contra as privatizações.

## AÇÃO FISCAL

### RFB e Polícia Federal executam operação de combate a fraudes na comercialização do ouro exportado

A Receita Federal do Brasil e a Polícia Federal deflagraram, no dia 28 de junho, a Operação Lavagem de Ouro, com o objetivo de combater organização suspeita de exportar grandes volumes de ouro extraídos de garimpos clandestinos.

A organização é formada por empresas exportadoras, fornecedores e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVM), cujos sócios pertencem a um mesmo grupo familiar e que já foram alvos de operações anteriores.

Emirados Árabes Unidos, Suíça, Turquia e Índia são os principais destinos do ouro exportado por duas empresas do grupo que, no período investigado, estão entre as maiores exportadoras do minério no país.

A Receita Federal identificou pessoa jurídica, objeto da presente investigação, como uma grande destinatária de notas fiscais (NFe) emitidas por empresas de fachada. A análise foi realizada por meio de modelagem preditiva, que consiste em metodologia de identificação de

fraudes lastreada em sofisticados modelos matemáticos associados à análise dos dados contidos em seus sistemas informatizados.

Há indícios de que as notas fiscais emitidas pelas empresas de fachada foram usadas para dar aparência legal à origem do ouro exportado. Durante

a investigação, detectaram-se diversos outros indícios de fraude, tais como: uso de pessoas físicas falecidas há mais de 10 anos, indicadas nas notas fiscais como vendedores de ouro de supostas regiões de garimpo; pessoas que venderam milhões em ouro e receberam o Auxílio Emergencial; e a própria venda do ouro a empresas não autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Os investigados poderão responder, na medida de suas responsabilidades, pelos crimes de usurpação de bem mineral da União,



receptação qualificada, falsidade ideológica, organização criminosa, entre outros.

Foram expedidos pela 10ª Vara Criminal Federal de São Paulo 52 mandados de busca e apreensão, cumpridos nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rondônia, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal.

Participam da operação 20 integrantes da Receita Federal e cerca de 204 policiais federais.

*Fonte: Receita Federal*

## ESTADUAL

### ANFIP presente na festa junina da Estadual de São Paulo

O vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, participaram da Festa Junina 2022 realizada pela Associação Estadual de São Paulo, ANFIP-SP, em 22 de junho, no Tênis Clube Paulista, na capital do estado.

Com muita animação, música ao vivo, dança e uma grande variedade de comidas típicas da festa de São João, o arraiaí reuniu associados e familiares, integrantes do Conselho de Representantes da ANFIP Nacional e diretores da Fundação ANFIP, que também fazem parte da diretoria da Estadual.

Veja [aqui](#) a galeria de fotos do evento.



## BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

### Conheça o Crédito Inicial da Cooperforte

A Cooperforte, parceira da ANFIP, disponibiliza nova linha de crédito para os associados experimentarem as facilidades de contratar empréstimo e ajudar na realização de projetos e sonhos!

O Crédito Inicial está disponível para novos associados da Cooperativa ou aqueles que estão sem operar há mais de

12 meses, com limite pré-aprovado de até 1,5 vezes a renda mensal comprovada; taxa de juros especial de 1,79% ao mês; e prazo de 4 a 24 meses e até 59 dias para pagamento da 1ª parcela, para operações a partir de R\$ 1.200 e até R\$ 40 mil.

Acesse o APP Cooperforte ou o site [autoatendimento.cf.coop.br](http://autoatendimento.cf.coop.br) e conheça o Crédito Inicial.

Importante destacar que, ao operar com a Cooperforte, fica garantida sua participação nas sobras anuais, na proporção dos negócios realizados ou mantidos no exercício, que devolve para você parte dos juros pagos.

Conte com a Cooperforte para ter crédito com taxas diferenciadas!

*Fonte: Cooperforte*

### Usuários do ANFIP/Unimed Vitória têm plano odontológico gratuito

Associado(a), você sabia que ao contratar o plano de saúde ANFIP/Unimed Vitória você também tem direito a um plano odontológico sem pagar nada a mais por isso? Pois todos os usuários do plano também recebem, sem custo adicional, proteção odontológica. A cobertura garante consultas, urgência 24 horas, prevenção, tratamentos de gengiva e de canal,

radiografias e cirurgias, conforme o Rol de Procedimentos da ANS.

Baixe o aplicativo da Unimed Odonto, acesse o sistema e realize o agendamento com autorizações on-line para diversos procedimentos. Também é possível ter acesso à rede credenciada, à carteirinha digital e à central de relacionamento 24 horas.

Além disso, o app traz uma seção

exclusiva para garantir o bem-estar físico e mental de seus usuários, com ferramentas de monitoramento do sono, coach personalizado e dicas diárias para ajudar você a alcançar suas metas e objetivos. O serviço está disponível nas plataformas [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.unimed.odonto) e [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/unimed-odonto/id1488888888).

Em caso de dúvidas, acesse [aqui](#) o site oficial da Unimed Odonto.

### Cruzeiro do Sul Educacional tem condições especiais para associados

Muito mais que formar profissionais de excelência, o compromisso do Grupo Cruzeiro do Sul é de motivar agentes de transformação. Todos os benefícios da rede de educação, com infraestrutura,

tecnologia e mensalidades acessíveis, estão disponíveis aos associados da ANFIP.

Confira as condições especiais dos cursos de graduação presencial, à distância, semipresencial e de pós-

graduação em [cruzeirosulcorporativa.com.br](http://cruzeirosulcorporativa.com.br), ou entre em contato pelo (11) 2178-1495, (11) 99762-0149 (WhatsApp) ou [educacaocorporativa@cruzeirosul.edu.br](mailto:educacaocorporativa@cruzeirosul.edu.br).

## FALE COM A ANFIP

### GERAL

(61) 3251-8100  
(61) 98366-5999 (WhatsApp)  
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)  
E-mail: [ouvidoria@anfip.org.br](mailto:ouvidoria@anfip.org.br)

### APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)  
(61) 99973-5776 (WhatsApp)  
E-mail: [aposentadoriaspensoes@anfip.org.br](mailto:aposentadoriaspensoes@anfip.org.br)

### CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)  
E-mail: [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br)

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)  
E-mail: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

### JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)  
(61) 98176-9051 (WhatsApp)  
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126  
E-mail: [juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br)

### PRESIDÊNCIA

E-mail: [presidencia@anfip.org.br](mailto:presidencia@anfip.org.br)

### SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)  
E-mail: [secretaria@anfip.org.br](mailto:secretaria@anfip.org.br)

### SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)  
(61) 98366-6006 (WhatsApp)  
E-mail: [assistenciais@anfip.org.br](mailto:assistenciais@anfip.org.br)  
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199  
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339  
[concierge@benevix.com.br](mailto:concierge@benevix.com.br)  
Benevix/Unimed: 0800 606 7272  
Geap: 0800 728 8300



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ANFIP